



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO QUE ACOMPANHA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Senhores Acionistas,
A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2016, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social. A CETESB é o órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo nos campos do controle da poluição e da aplicação da legislação florestal, além de executora do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA) e órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). Atua na execução de políticas do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito das questões relativas às mudanças climáticas e emissão de poluentes atmosféricos; da avaliação de impacto ambiental; dos resíduos; da prevenção de riscos ambientais graves; da prevenção e controle integrado da poluição; da proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo; da aplicação da legislação florestal; da aplicação do zoneamento industrial metropolitano e da educação ambiental, assegurando a participação e informação da população do Estado de São Paulo.

A CETESB tem como missão promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.

A CETESB e os serviços prestados aos usuários e à população em geral, assegurando a superação da atuação como centro de referência nacional e internacional, no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

Os valores, princípios e normas que pautam a atuação da CETESB estão estabelecidos no seu Código de Ética e Conduta Profissional.

A Companhia tem como objetivo assegurar o cumprimento da legislação ambiental para que os padrões de qualidade das águas, do ar e do solo sejam atendidos em todas as regiões do Estado de São Paulo, garantir a correta preservação dos recursos naturais e da manutenção da saúde pública, intensificar a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente, reforçar sua imagem e comunicar os valores fundamentais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, fortalecer as relações de confiança que a CETESB construiu junto à população do Estado de São Paulo e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas o seguinte: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de tecnologias de “Produção mais Limpa” e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de

seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações sobre a situação ambiental no Estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos do governo na proposição de políticas públicas ambientais; simplificar o sistema de licenciamento ambiental e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: privilegiar a atuação preventiva em relação ao meio ambiente, visando à diminuição de ações corretivas; atualizar os sistemas de licenciamento ambiental e atendimento de demandas externas para agilizar a tomada de decisões e reduzir o tempo de resposta desses sistemas; manter o programa de redução de acúmulo de processos de licenciamento sem atendimento ou com atendimento ainda parcial; obter e ordenar informações relevantes para o planejamento ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; atualizar as tecnologias de processamento de informações e dados; dar transparência às ações da Companhia; valorizar de forma estratégica o capital humano da CETESB; melhorar a comunicação interna e externa; simplificar e uniformizar procedimentos; identificar e equacionar a solução para as questões crônicas tanto administrativas quanto ambientais; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia; ampliar a aplicação dos conceitos e princípios do Programa Permanente da Qualidade e Produtividade no Serviço Público do Estado de São Paulo; apoiar, fortalecer e estimular a ação do município na gestão ambiental e promover a aplicação do Programa de Melhoria do Gasto Público - Desperdício Zero e reduzir custos em geral.

Para atender as suas atribuições legais com seu perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.463 posições, sendo que deste total, 1.978 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.305 profissionais de nível universitário, 616 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 57 profissionais de nível operacional. Está organizada em cinco Diretorias da seguinte forma: Presidência (P), Diretoria de Gestão Corporativa (A), Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental (C), Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (I) e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental (E).

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 46 Agências Ambientais distribuídas praticamente em todo o Estado de São Paulo e uma unidade Poupatempo em São Bernardo do Campo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com sete laboratórios situados nas cidades de Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de dez laboratórios na sede da Companhia e um Laboratório de Emissão Veicular Descentralizado no ABC.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações contábeis não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de

polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo. Em relação à Gestão Financeira, em 2016, o Departamento Econômico Financeiro informa que a CETESB, como Empresa dependente dos recursos financeiros do Tesouro Paulista, foi afetada diretamente com uma significativa redução geral nos itens do orçamento financeiro da Companhia em consequência da crise financeira do País, que afetou também o Estado de São Paulo, com forte queda na arrecadação. O atendimento aos Decretos nº 61.131 de 25/02/15, nº 61.621 de 12/11/15, nº 61.785 de 05/01/16 e nº 62.266 de 16/11/16 afetaram os desembolsos com Pessoal e Reflexos, custeio e investimento.

A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente.

Destacamos que, a CETESB, está inserida no Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado e da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) com o Programa 2604 intitulado “Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental”, constituído por quatro indicadores de programa, nove produtos vinculados a nove ações, onze indicadores de produto, além de dois produtos vinculados aos programas da SMA, com um indicador para cada produto. Durante o ano de 2016 observou-se que os percentuais previstos para os indicadores de programa se mantiveram próximo do esperado. Em relação aos indicadores dos produtos, os resultados apresentados demonstram que os produtos *Termos de Compromisso de Responsabilidade Pós-Consumo para Logística Reversa*, o *Número de amostras de águas coletadas em poços subterrâneos* e o produto *Licenças de Empreendimentos e Atividades que utilizem Recursos Ambientais* para o indicador Percentual de licenças analisadas para os empreendimentos de baixo impacto ambiental superaram as metas. Os produtos *Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas* e o produto *Monitoramento da Qualidade do Ar para o Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas* atenderam a meta e os demais indicadores não atingiram as metas no ano. Os produtos vinculados aos Programas da SMA, são: *Projetos de consolidação e criação de novas unidades de conservação aprovados*, que para o ano de 2016 não teve projetos a serem executados e o produto *Projetos apoiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO* encontram-se em andamento e deverão ser concluídos até o final do PPA. Os quadros a seguir demonstram os resultados da CETESB no PPA 2016-2019 no ano de 2016:

Quadro 1 - Acompanhamento dos Indicadores do Programa 2604

PROGRAMA	INDICADOR DO PROGRAMA - ANO: 2016		
	INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	1- Percentual de habitantes atendidos por aterros de resíduos urbanos com disposição adequada	97,63%	95,35% (*)
	2- Percentual de praias classificadas em próprias e impróprias conforme sinalização com bandeiras e painéis	93,0% (**)	89% (*)
	3- Percentual de rios e reservatórios monitorados adequados para o desenvolvimento da vida aquática no corpo hídrico	66,0%	73% (*)
	4- Percentual de situação boa da qualidade do ar medida pela rede de monitoramento da CETESB no Estado de São Paulo	97,9% (***)	81,1% (*)

(*) percentual médio do ano

(**) o sistema SIMPPA da Secretaria de Planejamento e Gestão usou como meta prevista o dado referente ao valor do mês de abril de 2015, sendo que o correto a ser considerado deveria ser 83% que representa a média do valor do ano de 2014, e que resultaria no atendimento deste indicador. A meta corrigida será utilizada para o exercício de 2017.

(***) o sistema SIMPPA da Secretaria de Planejamento e Gestão usou como meta prevista o dado referente ao valor do mês de abril de 2015, sendo que o correto a ser considerado deveria ser 70,7% que representa a média do valor do ano de 2014, e que resultaria no atendimento deste indicador. A meta corrigida será utilizada para o exercício de 2017.

Quadro 2 - Acompanhamento dos Indicadores de Produto no ano de 2016

	AÇÃO	PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	PREVISTO	REALIZADO
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	Financiamento de projetos ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e controle da Poluição - FECOP	Apoio a Projetos de Controle, Preservação e Melhoria do Meio Ambiente	Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP	200	75
	Projetos do Fundo para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	Apoio e Remediação de Áreas Contaminadas	Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	-	-
	Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB	Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB	Número de capacitações realizadas	4.440	3.318
	Licenças de Empreendimentos de Baixo e Alto Impacto Ambiental	Licenças de Empreendimentos e Atividades que utilizem Recursos Ambientais - C e I	Percentual de licenças analisadas de baixo impacto ambiental	100%	104% (*)
			Percentual de emissão de licenças com impacto ambiental	100%	90% (*)
	Compensação Ambiental do Rodoanel Mário Covas - CETESB e SMA	Monitoramento da Qualidade do Ar para o Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas	Número de municípios que serão beneficiados com os investimentos oriundos de compensação ambiental	8	8
	Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo	Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo	Número de dados de concentração de poluentes atmosféricos	2.225.040	2.038.018
			Número de amostras de água coletadas em poços subterrâneos	560	604
	Políticas Públicas de Resíduos Sólidos e Eficiência dos Recursos Naturais	Sistema Estadual de Gerenciamento OnLine de Resíduos Sólidos - SIGOR	Número de municípios com o SIGOR implementado	15	-
	Gestão Administrativa e Financeira	Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas	Número de unidades administradas	1	1
Responsabilidade Pós-Consumo	Termos de Compromisso de Responsabilidade Pós-consumo para a Logística Reversa	Número de termos de compromissos firmados com os setores abrangidos pela Resolução SMA nº 45, de 23/06/2015	3	7	
Conservação Ambiental e Restauração Ecológica	Compensação Ambiental	Projetos de consolidação e criação de novas unidades de conservação aprovados	Número de projetos executados	-	-
Redução da Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas	Desenvolvimento de ações na área ambiental com recursos do FEHIDRO	Projetos apoiados pelo FEHIDRO	Número de projetos executados	16 (**)	-

(*) percentual médio do ano

(**) ao final do PPA 2016-2019

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB se manteve dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo. O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)			
		2016	2015			2016	2015
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		<u>132.029</u>	<u>156.712</u>	Circulante		<u>112.529</u>	<u>113.643</u>
Equivalentes de Caixa (nota 04)		68.121	51.199	Fornecedores		6.935	5.275
Clientes		986	1.256	Salários e Remunerações a Pagar		8.475	8.125
Adiantamentos a Empregados		1.748	1.531	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)		17.502	17.651
Impostos a Recuperar		386	272	Adiantamentos de Convênios		13.519	11.852
Parcelamentos a Receber (nota 05)		19.885	18.042	Adiantamentos de Clientes		362	362
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)		39.224	82.260	Provisão Férias, Licença Prêmio e Encargos		39.639	38.001
Estoques		876	765	Provisão Programa Participações Resultados		6	10.828
Despesas Exercício Seguinte		<u>803</u>	<u>1.387</u>	Provisão Plano de Carreira		1.854	1.732
Não Circulante		<u>426.244</u>	<u>410.896</u>	Outras Contas a Pagar		1.043	1.161
Dépósitos Restituíveis (nota 10)		7.858	7.640	Provisão Contingências Trabalhistas (nota 10)		5.250	3.819
Adiantamentos a Empregados		1.879	1.511	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)		<u>17.944</u>	<u>14.837</u>
Parcelamentos a Receber (nota 05)		10.936	5.588	Não Circulante		<u>102.829</u>	<u>100.539</u>
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)		278.741	265.513	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)		4.822	4.227
Impostos a Recuperar		1.036	1.226	Impostos Reservas de Reavaliação (nota 08)		1.700	1.775
Investimentos		266	242	Adiantamentos de Convênios		11.800	11.295
Imobilizado (nota 06)		125.517	129.163	Provisão Contingências Trabalhistas (nota 10)		17.871	18.991
Intangível (nota 07)		11	13	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)		<u>66.636</u>	<u>64.251</u>
Total		<u>558.273</u>	<u>567.608</u>	Patrimônio Líquido		<u>342.915</u>	<u>353.426</u>
				Capital Social (nota 11a)		165.921	156.099
				Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		3.193	9.822
				Reservas de Capital		18.357	16.981
				Reservas de Reavaliação		19.876	20.113
				Reservas de Lucros (nota 11c)		<u>135.568</u>	<u>150.411</u>
				Total		<u>558.273</u>	<u>567.608</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)							
	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	143.998	12.101	15.683	20.350	375.104	-	567.236
Capital autorizado pelo Governo do Estado	12.101	(12.101)	-	-	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	9.822	-	-	-	-	9.822
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Diferimento da tributação sobre as Reservas	-	-	-	-	312	-	312
Bens Recebidos em doação	-	-	1.298	-	-	-	1.298
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(225.005)	(225.005)
Incorporação do Prejuízo às Reservas de Lucros	-	-	-	-	(225.005)	225.005	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	156.099	9.822	16.981	20.113	150.411	-	353.426
Capital autorizado pelo Governo do Estado	9.822	(9.822)	-	-	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	3.193	-	-	-	-	3.193
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Diferimento da tributação sobre as Reservas	-	-	-	-	312	-	312
Bens Recebidos em doação	-	-	1.376	-	-	-	1.376
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(15.155)	(15.155)
Incorporação do Prejuízo às Reservas de Lucros	-	-	-	-	(15.155)	15.155	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	<u>165.921</u>	<u>3.193</u>	<u>18.357</u>	<u>19.876</u>	<u>135.568</u>	<u>-</u>	<u>342.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)			
		2016	2015
Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(15.155)	(225.005)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Depreciação do Imobilizado		13.152	12.130
Amortização do Intangível		1	17
Realização Reserva de Reavaliação		75	75
Baixas no Ativo Imobilizado		221	466
Subtotal		<u>(1.706)</u>	<u>(212.317)</u>
Variações no Ativo Circulante			
Clientes		(85)	(346)
Adiantamentos a Empregados		(217)	(47)
Impostos a Recuperar		(114)	(22)
Parcelamentos a Receber		(1.843)	(2.852)
Valores a Receber - Dívida Ativa		43.036	24.827
Outras Contas a Receber		354	431
Estoques		(110)	1.039
Despesas Exercício Seguinte		584	1.012
Subtotal		<u>41.605</u>	<u>24.042</u>
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		1.661	(674)
Salários e Remunerações a Pagar		350	45
Impostos e Contribuições a Recolher		(149)	(557)
Adiantamentos a Convênios		1.667	2.486
Adiantamentos de Clientes		-	243
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos		(9.063)	1.183
Outras Contas a Pagar		(119)	(3.446)
Provisão para Contingências Trabalhistas		1.431	89
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais		3.107	7.121
Subtotal		<u>(1.115)</u>	<u>6.490</u>
Total das Atividades Operacionais		<u>38.784</u>	<u>(181.785)</u>
Atividades de Investimento			
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso		(9.726)	(18.665)
Aquisição de Investimentos		(24)	44
Aquisição de Intangíveis		-	(7)
No Realizável de Longo Prazo		(10.007)	203.733
Exigíveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante		1.873	11.897
Total das Atividades de Investimento		<u>(17.884)</u>	<u>197.002</u>
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital		3.193	9.823
Bens recebidos em Doação		1.376	1.298
Realizáveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante		(8.965)	(41.049)
Recursos obtidos de Longo Prazo		418	5.433
Total das Atividades de Financiamento		<u>(3.978)</u>	<u>(24.495)</u>
Capital Circulante Líquido		<u>16.922</u>	<u>(9.278)</u>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		51.199	60.477
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>68.121</u>	<u>51.199</u>
Variação líquida nas Disponibilidades		<u>16.922</u>	<u>(9.278)</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional
A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9988% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 14 de fevereiro de 2017. Tais demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

03 Práticas Contábeis
a. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, são registrados nas contas de compensação e são contabilizados no resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado. Os valores das licenças ambientais concedidas, também decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, são registrados no resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.

b. Aplicações Financeiras
Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço.

c. Estoques
Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento, demonstrados ao custo de produção.

d. Investimentos
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

e. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e acrescido de valores de reavaliação sobre os imóveis realizada no exercício de 2003.
A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003, como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para os lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível - Programas de Computador (Softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos
As férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, foram apropriadas mediante constituição de provisão no passivo circulante.

h. Provisão para Plano de Carreira
Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, é adotada a prática de se constituir provisão para o plano de carreira, conforme Política interna da Companhia.

i. Contabilização dos Convênios
A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais/internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento de forma antecipada e na aprovação da prestação de contas.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2016, o prejuízo do exercício, ajustado pelas adições e exclusões, se obteve prejuízo fiscal, não sendo realizada a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social.

k. Ativos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

l. Redução ao valor recuperável - Imobilizado e Intangível
A Administração efetuou testes preliminares visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e intangível, não sendo identificados indícios de desvalorização significativa, considerando as atividades estatutárias da empresa, utilização dos bens e os grupos contábeis os quais são aplicáveis o referido teste.

		2016	2015
04 Equivalentes de Caixa		<u>1.158</u>	<u>719</u>
Bancos			
Aplicações Financeiras:			
Livres		41.644	27.334
Vinculadas a Convênios		<u>25.319</u>	<u>23.146</u>
		<u>68.121</u>	<u>51.199</u>

		Taxa de Depreciação % a.a.		2016		2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	14.957	-
Edifícios e Instalações		57.212	25.615	31.597	31.211	57.212	25.615
Rede Telemétrica	1,82 a 2,86	2.727	2.714	13	22	2.727	2.714
Máquinas e Equipamentos		77.371	42.264	35.107	27.698	77.371	42.264
Móveis e Utensílios		5.152	3.185	1.967	2.135	5.152	3.185
Veículos e Embarcações		16.041	11.526	4.515	6.807	16.041	11.526
Microcomputadores e Periféricos		15.460	9.926	5.534	7.320	15.460	9.926
Laboratório Volante e de Testes de Veículos</							



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (valores em milhares de reais)

b. Movimentação do Custo

	2015		2016	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	54.444	2.768	-	57.212
Rede Telemétrica	2.727	-	-	2.727
Máquinas e Equipamentos	66.261	12.692	1.582	77.371
Móveis e Utensílios	5.699	268	815	5.152
Veículos e Embarcações	15.860	254	73	16.041
Microcomputadores e Periféricos	15.518	642	700	15.460
Laboratório Volante e de Testes de Veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	7.454	1.320	-	8.774
Imobilizações em Andamento	33.568	6.785	15.027	25.326
Outros	972	-	-	972
Total	218.381	24.729	18.197	224.913

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Amortização % a.a.		2016		2015	
	Custo	Amortização	Baixas	Líquido	Líquido	
Software	20	585	574	-	11	13
Total	585	574	-	11	13	

b. Movimentação do Custo

	2015		2016	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	585	-	-	585
Total	585	-	-	585

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Impostos sobre Folha de Pagamento	17.015	15.841	-	-
Impostos e Contribuições de Terceiros	412	443	-	-
Impostos Reserva de Reavaliação	75	75	1.700	1.775
Parcelamento - IRRF	-	1.292	4.822	4.227
Total	17.502	17.651	6.522	6.002

09 Valores a Receber - Dívida Ativa

A Companhia continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas. Considera como perdas estimadas todas as multas inscritas acima de 5 (cinco anos).

	2016	2015
Inscrições na Dívida Ativa - Curto Prazo	39.224	82.260
Inscrições na Dívida Ativa - Longo Prazo	767.051	682.816
(-) PECLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(488.310)	(417.303)
Total	317.965	347.773

Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, a Companhia reconheceu no curto prazo, um montante inferior ao exercício de 2015, no importe de R\$ 39.224 mil, considerando estudos conservadores do Departamento Econômico Financeiro em relação às perspectivas reais de realização dos referidos créditos.

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	5.250	3.819	17.871	18.991
Reclamações Cíveis	17.944	14.837	66.636	64.251
	23.194	18.656	84.507	83.242

O montante em 31 de dezembro de 2016, em Depósitos Judiciais efetuada para contingências trabalhistas é de R\$ 7.858 mil.

b. A movimentação das provisões no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	Ações Trabalhistas		Ações Cíveis	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	22.809	79.088	8.702	5.933
Adições	-	-	(8.390)	(441)
Baixas	-	-	23.121	84.580
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	22.809	79.088	8.702	5.933

c. Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, estão resguardadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações contra a empresa (relativos a mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se desde o início realizado a identificação dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios.

Em 2014 foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) do exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, que está sendo discutido no STF - Supremo Tribunal Federal, em consonância com a medida cautelar na ação cível originária nº 2.304. O montante atualizado em 31/12/2016 é de R\$ 52.991 mil. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB e poderá ser alterado, conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

- Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d. Processos de Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, em especial ao CPC 25. A seguir, demonstramos a composição dos referidos processos:

	2016	2015
Cíveis	1.238.907	1.044.993
Trabalhistas	28.565	23.299
Total	1.267.472	1.068.292

O objeto principal das ações cíveis é a discussão sobre eventuais danos ambientais/questionamentos sobre licenciamentos ambientais, e o principal autor é o Ministério Público.

e. Ações Trabalhistas - CETESB Autora

A Companhia registrou em seu Balanço Patrimonial os ativos contingentes reconhecidos, no montante de R\$ 39 mil. A provisão está baseada na posição do seu Departamento Jurídico, que considera que os respectivos processos possuem êxito provável de ganho.

11 Patrimônio Líquido

a. O capital social está representado por 5.530.710.232 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.

b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. A Companhia mantém Reservas de Lucros com expectativa de realização futura (artigo 197, da Lei nº 6.404/76), cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros, mediante deliberação em Assembleia Geral. Como prática constante da Companhia, não houve distribuição de dividendos sobre as referidas Reservas de Lucros.

c. Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2016, foi reconhecida, em contrapartida ao Resultado, a depreciação no montante de R\$ 312 mil.

d. O prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de R\$ 15.155 mil foi absorvido pela Reserva de Lucros constituída até o encerramento do exercício de 2015, no montante de R\$ 150.411 mil, restando uma Reserva de Lucros, no encerramento do exercício de 2016, de R\$ 135.568 mil.

12 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

13 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

14 Demonstração do Resultado Abrangente

A Companhia não apresentou em suas operações quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes para o exercício findo em 31/12/16, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total, assim, não elaborou a respectiva demonstração, tratada na Resolução CFC nº 1.185/09.

15 Imunidade Tributária

Conforme nota explicativa 3.a, a Companhia, como Órgão delegado do Estado de São Paulo, pratica o princípio da imunidade tributária recíproca.

A fim de consolidar seus conceitos e práticas, em 19 de dezembro de 2013, a Companhia ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº ACO 2304), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental, tendo obtido Liminar em 31/03/14.

16 Receitas Operacionais

	2016	2015
Subvenção Econômica	145.897	177.418
Exercício de Poder de Polícia:		
Licenciamento	122.920	100.174
Multas Ambientais	120.943	116.622
Taxa de Fiscalização Ambiental	25.972	19.651
Cancelamentos	(22.297)	(13.028)
	247.538	223.419

Vendas de Serviços/Produtos:

Certificação de Veículos	12.862	8.640
Cursos	1.028	993
Análises Laboratoriais	682	807
Demais Receitas	223	122
Impostos e Contribuições	(2.100)	(1.505)
	12.995	9.057
Total	406.130	409.894

17 Custos e Despesas

	Custo de Produção		Despesas Gerais e Administrativas	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal e Reflexos	269.624	265.537	109.017	106.974
Materiais	3.358	3.706	398	394
Serviços de Terceiros	4.470	9.861	4.110	5.177
Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	41.865	232.973
Demais Despesas	27.726	31.820	5.107	30.216
Total	305.178	310.924	160.497	375.734

No exercício de 2015, com base na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, houve alteração no critério de constituição da Provisão para perdas estimadas, relativas às multas inscritas na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, onde a Companhia passou a considerar, como perdas estimadas, as multas inscritas há mais de 5 (cinco) anos. Essa revisão gerou um complemento significativo da Provisão, encerrando o exercício no montante de R\$ 232.973 mil.

18 Remunerações pagas aos Administradores

	2016	2015
Diretoria	1.381	1.332
Conselho de Administração	383	395
Conselho Fiscal	215	268
Total	1.979	1.995

19 Partes Relacionadas

Em observância ao Pronunciamento Técnico Contábil CPC-05, a Companhia informa que em 31/12/16 não mantinha operações caracterizadas como partes relacionadas, referente aos clientes adquirentes de bens e serviços comercializados pela empresa. A Companhia também não possui transações com empresas coligadas e/ou controladas em conjunto com terceiros (*denominado joint venture*).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas - Sacho Auditores Independentes EPP, de 23/02/2017, sem ressalvas, elaborado de acordo

com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 08 de março de 2017

José Henrique dos Reis Lobo
Keli Regina Della Torre Soler
Silvia Maria de Lisboa
Tomas Bruginski de Paula

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
JOSÉ RENATO NALINI
JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO

DIRETORIA

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor-Presidente
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor de Gestão Corporativa em exercício
GERALDO DO AMARAL FILHO
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental
EDUARDO LUÍS SERPA
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental
MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Acionistas da

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de fevereiro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - 2SP 017.676/O-8

HUGO FRANCISCO SACHO

CRC - 1SP 124.067/O-1



CETESB



Secretaria do Meio Ambiente